

Ao
- Conselho de Gestão da Comarca e
- Conselho dos Oficiais de Justiça,
À
- Direção-Geral da Administração da Justiça

Com conhecimento ao
- Sindicato dos Funcionários Judiciais,
- Sindicato dos Oficiais de Justiça e
- Diário Digital dos Oficiais de Justiça

Envio por correio eletrónico:

PARA: gestao.comarca.#####@tribunais.org.pt; coj@dgaj.mj.pt; correio.geral@dgaj.mj.pt

CC: sfj@sfj.pt; soj.sindicato@gmail.com; oj@sapo.pt

ASSUNTO: Declaração de exclusão de responsabilidade pessoal

O(A) Oficial de Justiça **##NOME##**, com o número mecanográfico: **#####** e a categoria profissional de **#####**, vem por este meio declarar que, no presente momento, não está em condições de assegurar, em plena consciência, uma tramitação normal dos processos, bem como a realização das demais funções que lhe estão ou possam vir a estar atribuídas, sem que as mesmas estejam sujeitas ao cometimento de erros ou lapsos, bem como vislumbra ainda ser extremamente difícil realizar o seu desempenho com a celeridade que gostaria de imprimir a todo o seu trabalho diário.

Apesar de estar a realizar um esforço diário para corresponder a todas as solicitações da sua profissão, sente que as circunstâncias atuais, quer laborais, quer psicológicas, não lhe permitem um desempenho perfeito, mas sujeito ao erro e, ou, à demora; o que, no entanto, vem evitando a todo o custo.

Na realidade, os Oficiais de Justiça vêm sentindo uma pressão cada vez maior nos seus locais de trabalho, seja pela necessidade de aprendizagem e incorporação de novas funcionalidades e novas exigências, designadamente no tratamento informático dos processos, com um código de processo eletrónico não escrito, paralelo aos códigos de processo e demais diplomas legais, constantes solicitações de elementos de carácter estatístico, e tudo isto quando o número de Oficiais de Justiça adstritos à secção não se mostra suficiente, seja na quantidade, seja na qualidade, por não se mostrarem preenchidas todas as categorias necessárias à boa composição e ao bom funcionamento de uma unidade de processos.

Por outro lado, o desânimo generalizado dos Oficiais de Justiça, seja pela não apresentação de um projeto de Estatuto que aporte esperança à carreira, a falta de incorporação no vencimento do suplemento remuneratório pagos em catorze prestações anuais, bem como a ausência de uma compensação pelas horas a mais prestadas pela disponibilidade permanente, designadamente, através de um regime diferenciado de aposentação, tal como apresentado em duas Leis consecutivas da Assembleia da República (artigos 17º e 38º da Lei 2/2020 de 31MAR e o artigo 39º da Lei 75-B/2020 de 31DEZ).

Na última apresentação das listas de antiguidade dos Oficiais de Justiça, em todas as categorias, verifica-se a tendência da perda de mais Oficiais de Justiça. De ano para ano, o ativo de Oficiais de justiça

vem baixando, o que agrava as condições de trabalho dos Oficiais de Justiça que não dispõem da serenidade necessária para um bom desempenho das suas atribuições.

A velocidade da perda vem-se cifrando numa média de 350 Oficiais de Justiça, só pela aposentação, a que acrescem os demais que optam por outras carreiras mais atrativas.

A par destes problemas temos Movimentos Ordinários ou Extraordinários que não permitem a mobilidade de todos os Oficiais de Justiça que o pretendem nem para todos os lugares disponíveis, e muito menos promoções, constituindo estes movimentos restritivos a imobilidade de um número muito considerável de Oficiais de Justiça que permanecem longe dos seus domicílios de origem suportando despesas que lhes são insuportáveis, vendo-se obrigados ao endividamento e à ajuda de terceiros.

Nestas circunstâncias, vividas diariamente, venho reiterar a enorme dificuldade numa boa concentração no serviço e no bem desempenhar das minhas funções, pelo que considero que os eventuais erros, lapsos ou atrasos não me poderão ser assacados, quer a nível disciplinar, civil ou criminal, no que se refere às responsabilidades que estão a seu cargo, uma vez que o cargo não detém as condições de imperturbabilidade imprescindíveis a um desempenho isento de anomalias, podendo mesmo causar prejuízos a terceiros, infelizmente aos cidadãos que esperam deste serviço da justiça muito mais do que aquilo que lhe estamos a conseguir proporcionar.

Esta declaração é enviada às entidades acima indicadas por todas elas terem responsabilidades e mesmo algum poder de decisão em muitos dos aspetos aqui mencionados, a todos se apelando que, em conjunto, possam alcançar a resolução dos problemas que afetam os Oficiais de Justiça, alguns deles há tantos anos que já formam décadas.

LOCAL ## E ## DATA

Assinatura: _____
(manuscrita ou digital)